

Título	Licenciamento ambiental de grandes empreendimentos: realidades e perspectivas
Veículo	Correio Braziliense
Data	05 fevereiro 2016
Autor	Claudio J. D. Sales e Alexandre Uhlig

CORREIO BRAZILIENSE

Licenciamento ambiental de grandes empreendimentos: realidades e perspectivas

» ALEXANDRE UHLIG

» CLAUDIO SALES

Integrantes do Instituto Acende Brasil

O processo de licenciamento ambiental é essencial para garantir que os projetos de infraestrutura sejam desenvolvidos com qualidade ambiental e respeito às comunidades. Mas o licenciamento ambiental não pode se tornar entrave ou meio de procrastinação sem prazo para ser concluído. Dados do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE, subordinado ao Ministério de Minas e Energia), mostram que 63% dos empreendimentos de transmissão estão atrasados, boa parte deles devido a atrasos no processo de licenciamento ambiental. Em outro levantamento, feito pelo Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico (Fmase), o processo completo de licenciamento ambiental de hidrelétricas, que deveria levar algo em torno de 6 anos, tem consumido em média 10 anos, ou seja, 4 anos a mais, prazo suficiente para a construção do empreendimento.

Os empreendimentos do setor elétrico têm se tornado reféns da burocracia e da falta de gestão dos órgãos públicos responsáveis e intervenientes no processo de licenciamento ambiental. A consequência desse fenômeno é o agravamento dos problemas de oferta de energia e o comprometimento da segurança energética. A previsão da Agência Internacional de Energia é de que em 2035 o Brasil precisará dobrar sua capacidade de oferta de energia elétrica por meio de empreendimentos

(usinas eólicas, solares, hidráulicas, termelétricas, linhas de transmissão, subestações) que precisarão de licenciamento ambiental e não podem ficar sujeitos a análises ideológicas e que apenas impõem obstáculos sem propor alternativas. O licenciamento ambiental não deve ser utilizado para evitar projetos e, sim, para evitar impactos negativos provocados pelos projetos. A postura precisa ser construtiva, e não impeditiva.

O que se observa no processo de licenciamento é que há um círculo vicioso. Os conflitos interferem no processo de licenciamento ambiental, que geram atrasos, que aumentam os custos dos empreendimentos, que aumentam a tarifa de energia para o consumidor, sendo que os mesmos conflitos gerados ao longo do processo de licenciamento quase nunca melhoram as condições socioambientais do projeto. O que melhora as condições socioambientais dos empreendimentos são a transparência, a previsibilidade e o diálogo no processo de licenciamento. As informações sobre os empreendimentos precisam ser amplamente divulgadas com antecedência e o processo não pode se tornar uma corrida imprevisível de obstáculos.

Onde o diálogo prevaleceu há evidências de redução dos impactos negativos provocados pelos projetos na forma de melhoria da qualidade ambiental para a população do

entorno. Projetos hidrelétricos (Canoas I e II, Santo Antonio, Jirau e Belo Monte) foram divididos, repositionados ou redesenhados para reduzir a área alagada e evitar a perda da biodiversidade. Em outro caso, a solução foi rebaixar a cota de inundação da UHE Porto Primavera em dois metros, o que manteve 60 mil hectares livres de inundação na planície do Rio Paraná. Nas linhas de transmissão, várias tiveram seu traçado alterado ou torres alteadas para evitar o corte raso da vegetação. Nesses casos, o diálogo prevaleceu em prol da qualidade ambiental e social.

Além de ampliar o diálogo, as interferências nos processos de licenciamento ambiental, em parte representadas pela quantidade de ações judiciais, precisam ser reduzidas. As alternativas negociais e investigativas precisam prevalecer e serem esgotadas antes do estabelecimento de novos processos na Justiça. Concluindo, o Brasil precisa discutir seu modelo de desenvolvimento econômico, social e ambiental. Os instrumentos de planejamento como o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) e a Avaliação Ambiental Integrada (AAI) precisam ser utilizados a fim de agilizar os processos de licenciamento ambiental e permitir que empreendimentos de diferentes setores sejam avaliados de forma sinérgica. O setor elétrico deve ser pensado de forma analítica e racional, sem preconceitos e emoções.

O processo de licenciamento ambiental é essencial para garantir que os projetos de infraestrutura sejam desenvolvidos com qualidade ambiental e respeito às comunidades. Mas o licenciamento ambiental não pode se tornar entrave ou meio de procrastinação sem prazo para ser concluído. Dados do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE, subordinado ao Ministério de Minas e Energia), mostram que 63% dos empreendimentos de transmissão estão atrasados, boa parte deles devido a atrasos no processo de licenciamento ambiental. Em outro levantamento, feito pelo Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico (Fmase), o processo completo de licenciamento ambiental de hidrelétricas, que deveria levar algo em torno de 6 anos, tem consumido em média 10 anos, ou seja, 4 anos a mais, prazo suficiente para a construção do empreendimento.

Os empreendimentos do setor elétrico têm se tornado reféns da burocracia e da falta de gestão dos órgãos públicos responsáveis e intervenientes no processo de licenciamento ambiental. A consequência desse fenômeno é o agravamento dos problemas de oferta de energia e o comprometimento da segurança energética. A previsão da Agência Internacional de Energia é de que em 2035 o Brasil precisará dobrar sua capacidade de oferta de energia elétrica por meio de empreendimentos (usinas eólicas, solares, hidráulicas, termelétricas, linhas de transmissão, subestações) que precisarão de licenciamento ambiental e não podem ficar sujeitos a análises ideológicas e que apenas impõem obstáculos sem propor alternativas. O licenciamento ambiental não deve ser utilizado para evitar projetos e, sim, para evitar impactos negativos provocados pelos projetos. A postura precisa ser construtiva, e não impeditiva.

O que se observa no processo de licenciamento é que há um círculo vicioso. Os conflitos interferem no processo de licenciamento ambiental, que geram atrasos, que aumentam os custos dos empreendimentos, que aumentam a tarifa de energia para o consumidor, sendo que os mesmos conflitos gerados ao longo do processo de licenciamento quase nunca melhoram as condições socioambientais do projeto. O que melhora as condições socioambientais dos empreendimentos são a transparência, a previsibilidade e o diálogo no processo de licenciamento. As informações sobre os empreendimentos precisam ser amplamente divulgadas com antecedência e o processo não pode se tornar uma corrida imprevisível de obstáculos.

Onde o diálogo prevaleceu há evidências de redução dos impactos negativos provocados pelos projetos na forma de melhoria da qualidade ambiental para a população do entorno. Projetos hidrelétricos (Canoas I e II, Santo Antonio, Jirau e Belo Monte) foram divididos, reposicionados ou redesenhados para reduzir a área alagada e evitar a perda da biodiversidade. Em outro caso, a solução foi rebaixar a cota de inundação da UHE Porto Primavera em dois metros, o que manteve 60 mil hectares livres de inundação na planície do Rio Paraná. Nas linhas de transmissão, várias tiveram seu traçado alterado ou torres alteadas para evitar o corte raso da vegetação. Nesses casos, o diálogo prevaleceu em prol da qualidade ambiental e social.

Além de ampliar o diálogo, as interferências nos processos de licenciamento ambiental, em parte representadas pela quantidade de ações judiciais, precisam ser reduzidas. As alternativas negociais e investigativas precisam prevalecer e serem esgotadas antes do estabelecimento de novos processos na Justiça. Concluindo, o Brasil precisa discutir seu modelo de desenvolvimento econômico, social e ambiental. Os instrumentos de planejamento como o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) e a Avaliação Ambiental Integrada (AAI) precisam ser utilizados a fim de agilizar os processos de licenciamento ambiental e permitir que empreendimentos de diferentes setores sejam avaliados de forma

sinérgica. O setor elétrico deve ser pensado de forma analítica e racional, sem preconceitos e emoções.

Claudio J. D. Sales e Alexandre Uhlig são do Instituto Acende Brasil (www.acendebrasil.com.br)